SUMÁRIO

PREFÁCIO ..... **XIII**

INTRODUÇÃO **01**

1. Referenciais teóricos 01
2. Objetivos 04
3. Justificativas e relevância do tema 05
4. Problematização 07
5. Tese 08

PARTE I

CAPÍTULO 1 – DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA TEORIA RETÓRICA REALISTA **11**

1.1 A retórica realista dentre outras visões retóricas desde a origem do termo 11

1.2 A retórica como método, metodologia e metódica para entender o mundo 25

1.3 Retórica material 30

1.4 Retórica estratégica 33

1.5 Retórica analítica 34

CAPÍTULO 2 – A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM PARA A TEORIA RETÓRICA REALISTA 39

2.1 A linguagem e o giro linguístico – da revelação à construção da realidade 39

2.2 Língua, linguagem e fala – do código ao discurso .. 45

2.3 As funções da linguagem 50

2.4 A linguagem como requisito existencial para a Teoria Retórica Realista 51

CAPITULO 3 – A VERDADE RETÓRICA 59

3.1 Definições de verdade 59

3.2 Teorias sobre a verdade 61

3.3 A verdade retórica 64

3.4 O que é verdade no direito tributário? 68

CAPÍTULO 4 – O DISCURSO NA TEORIA RETÓRICA REALISTA 73

4.1 O discurso como ação linguística 73

4.2 Elementos e funções do discurso 74

4.3 Discurso, persuasão e consenso 80

4.4 O discurso vencedor 85

PARTE II

CAPÍTULO 5 – O DIREITO TRIBUTÁRIO COMO SISTEMA COMUNICACIONAL 93

5.1 Participantes do ato comunicacional 93

5.2 Elementos do ato comunicacional 95

5.3 A construção da realidade jurídica pela linguagem .. 101

CAPÍTULO 6 – A NORMA JURÍDICA COMO RESULTADO DO DISCURSO CONCRETIZADOR 111

6.1 Teoria Estruturante da norma..... 111

6.2 Elementos integrantes do processo concretizador da norma jurídica..... 117

6.3 O processo de concretização do direito, o surgimento da normatividade e o nascimento da norma da decisão..... 120

6.4 A intersecção entre as Teorias Estruturante do Direito e a Retórica Realista e a contribuição destas para a análise da superposição dos discursos vencedores nos julgados em matéria tributária, objeto do presente estudo..... 124

CAPÍTULO 7 – OS TRIBUNAIS SUPERIORES COMO PRODUTORES DO DISCURSO VENCEDOR 129

7.1 O papel dos Tribunais Superiores no atual cenário sociopolítico brasileiro 129

7.2 A competência jurisdicional do Supremo Tribunal Federal 132

7.3 A competência jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça..... 136

7.4 Qual a natureza jurídica do discurso produzido pelos Tribunais Superiores? 139

CAPÍTULO 8 – A MUDANÇA DE POSICIONAMENTO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA 145

8.1 Há limites para a mudança de posicionamento nos Tribunais Superiores? 145

8.2 A Mudança de posicionamento pelos Tribunais Superiores fere o princípio da segurança jurídica? 150

8.3 As decisões emanadas dos Tribunais Superiores geram expectativas normativas? 154

8.4 Em que momento se pode considerar uma jurisprudência como consolidada? 160

CAPÍTULO 9 – ANÁLISE DE ALGUNS JULGADOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES EM QUE HOUVE MUDANÇA DE POSICIONAMENTO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA 167

9.1 O depósito recursal no processo administrativo tributário 169

9.1.1 Medidas Cautelares nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 1922-9 e 1976-7..... 170

9.1.2 Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.922-9 e 1.976-7 172

9.2 O Crédito de IPI na aquisição de insumos em operações sujeitas à alíquota zero 174

9.2.1 Recurso Extraordinário n. 353.668-1/PR..... 174

9.2.2 Recurso Extraordinário 353.657-5/PR 176

9.3 Aplicação da Lei Complementar 118/2005 – Início do novo prazo prescricional nas ações de repetição de indébito dos tributos sujeitos a lançamento por homologação 178

9.3.1 Recurso Especial n. 1002932/SP 180

9.3.2 Recurso Especial n. 1278598/SC 181

CONCLUSÕES..... 185

REFERÊNCIAS 199